

# II CONGRESSO PERNAMBUCANO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

30 Anos do Sistema Tributário  
Nacional na Constituição.

REALIZAÇÃO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

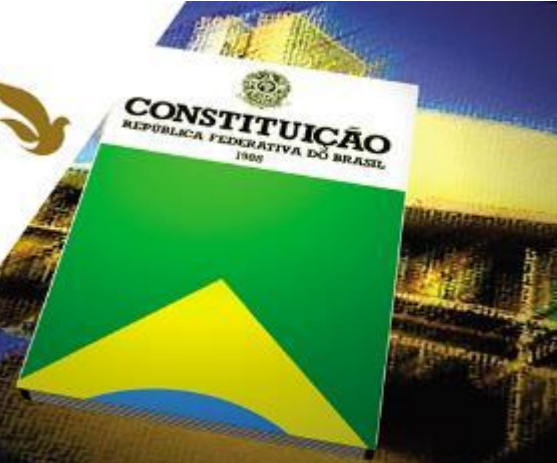
UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
DE PERNAMBUCO



ESA  
PERNAMBUCO



17 A 19 DE OUTUBRO DE 2018



## BEPS e os procedimentos consensuais de solução de conflitos

Victor Polizelli



### 1. Visão Geral das ações do BEPS

### 2. BEPS 14: Mecanismos de solução de conflitos

- 3 padrões mínimos
- Modalidades de procedimento amigável
- Casos de preços de transferência

### 3. Procedimentos amigáveis brasileiros

- Procedimentos amigáveis em andamento

### 4. Arbitragem e mediação

## ➤ Visão Geral das Ações BEPS

### Ação 1

Economia Digital

### Ação 2

Instrumentos Híbridos

### Ação 3

Regras CFC

### Ação 4

Limites à Dedução de Juros

### Ação 5

Combate Práticas Prejudiciais

### Ação 6

Prevenir Abuso de Tratados

### Ação 7

Prevenir Evitação de EPs

### Ações 8-10

PT e Criação de Valor

### Ação 11

Monitoramento do BEPS

### Ação 12

Regras Revelação Obrigatória

### Ação 13

Relatorios DPP

### Ação 14

Solução de Conflitos

### Ação 15

Instrumento Multilateral

## ➤ Visão Geral das Ações BEPS

### Legislação Nacional

**Ação 2**  
Instrumentos Híbridos

**Ação 3**  
Regras CFC

**Ação 4**  
Limites à Dedução de Juros

**Ação 5**  
Combate Práticas Prejudiciais

**Ação 12**  
Regras Revelação Obrigatória

### Tratados

**Ação 2**  
Recomendações p/ TDTs

**Ação 6**  
Prevenir Abuso de Tratados

**Ação 7**  
Prevenir Evitação de EPs

**Ação 14**  
Solução de Conflitos

**Ação 15**  
Instrumento Multilateral

### Preços de Transferência

**Ações 8-10**  
PT e Criação de Valor

**Ação 13**  
Relatorios DPP

### Economia Digital

**Ação 1**  
Economia Digital

## ➤ BEPS 14: Tornando os Mecanismos de Solução de Conflitos mais Eficazes

### ✓ 3 Padrões Mínimos

#### 1. Implementar obrigações relativas ao PA

- Incluir art. 25 (1), (2) e (3) nos

Tratados: - Conferir acesso ao PA - Resolver conflitos no tempo médio de 24 meses

- Participar do FTA MAPIS, apresentar dados estatísticos e se submeter a revisão por pares

#### 2. Assegurar que o processo administrativo do PA previne conflitos

- Regulamentar e divulgar regras para acesso ao

PA - Dedicar recursos para assegurar o funcionamento do

#### 3. Garantir acesso dos contribuintes ao PA individual

- Divulgar regras sobre documentos a serem

apresentados - Permitir acesso ao PA em qualquer dos países envolvidos





## II CONGRESSO PERNAMBUCANO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

### ➤ Modalidades de procedimento amigável



#### ARTIGO 25 Procedimento Amigável

1. Quando uma pessoa considerar que as ações de um ou ambos os Estados Contratantes resultam, ou poderão resultar, em relação a si, em uma tributação em desacordo com as disposições desta Convenção, ela poderá, independentemente dos recursos previstos no direito interno desses Estados, submeter seu caso à apreciação a autoridade competente de qualquer Estado Contratante. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos contados da primeira notificação que resultar em uma tributação em desacordo com as disposições desta Convenção.

PA Individual

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e se ela própria não estiver em condições de lhe dar solução satisfatória, envidará esforços para resolver a questão, mediante acordo mútuo, com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação em desconformidade com a Convenção. Todo entendimento alcançado será implementado a despeito de quaisquer limites temporais previstos na legislação interna dos Estados Contratantes.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes envidarão esforços para resolver as dificuldades ou para dirimir as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação desta Convenção mediante acordo amigável. As autoridades competentes poderão também consultar-se mutuamente para a eliminação da dupla tributação nos casos não previstos nesta Convenção.

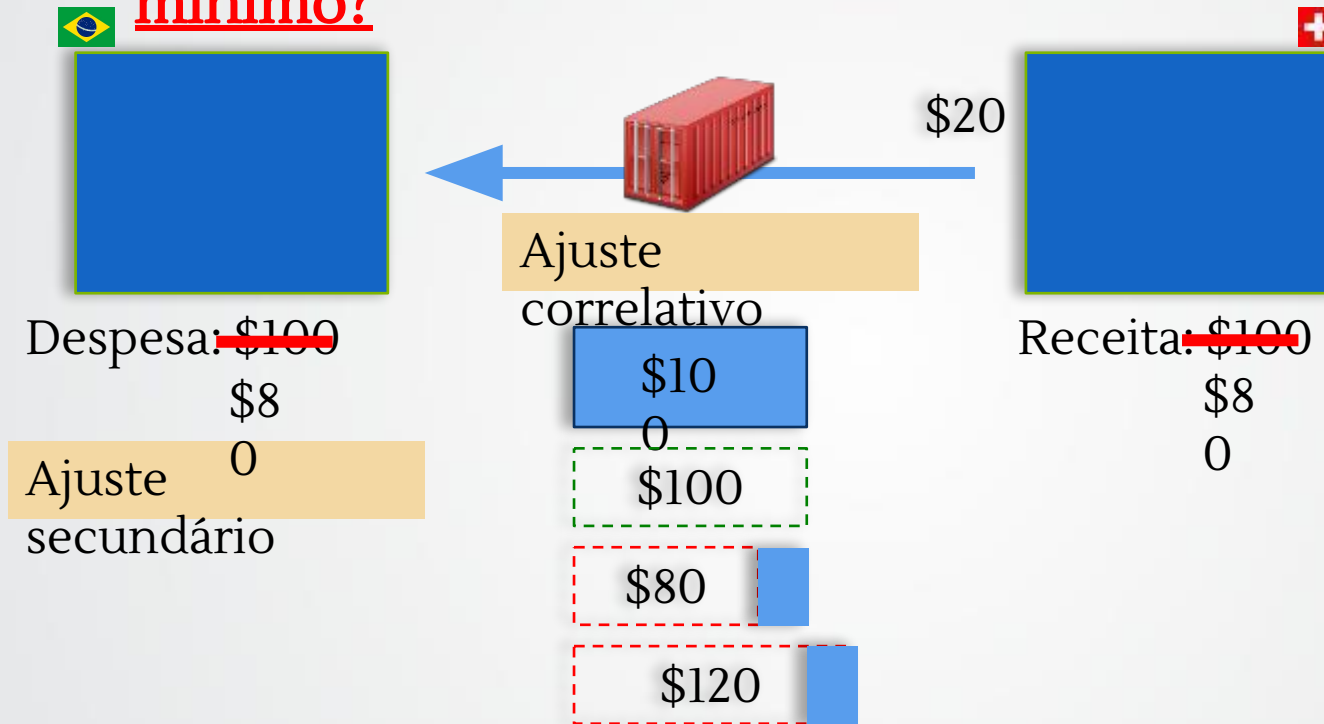
PA Interpretativo

PA Integrativo

CONSTITUIÇÃO  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988

## ➤ Casos de preços de transferência

✓ Artigo 9(2) é padrão mínimo?



- Art. 9(2) dos Tratados evita dupla tributação econômica e deve ser implementado via PA

### ➤ Casos de preços de transferência

#### ✓ Comentários 10-12 ao art. 25

- Quando o Tratado não contém o art. 9(2), sua previsão é considerada subentendida dentro do escopo do art. 9(1) e deve ser

implementada via PA

#### ✓ **Posição do Brasil aos Comentários ao art. 25 (Modelo 2014)**

- Brazil and India do not agree with the interpretation given in paragraphs 11 and 12; they are of the view that in the absence of paragraph 2 in Article 9, economic double taxation arising from transfer pricing adjustments does not fall within the scope of mutual agreement procedure set up in

Article 25.

#### ✓ **Posição do Brasil aos Comentários ao art. 25 (Modelo 2017)**

- [Retirada]

#### ✓ **Tratado Brasil-Suíça**

- 5. *Com referência aos Artigos 9 e 25*

Fica entendido que a ausência de uma cláusula que preveja uma obrigação de um

Estado Contratante de fazer um ajuste correspondente adequado não pode ser

interpretada de modo a impedir um Estado Contratante de fazer esse

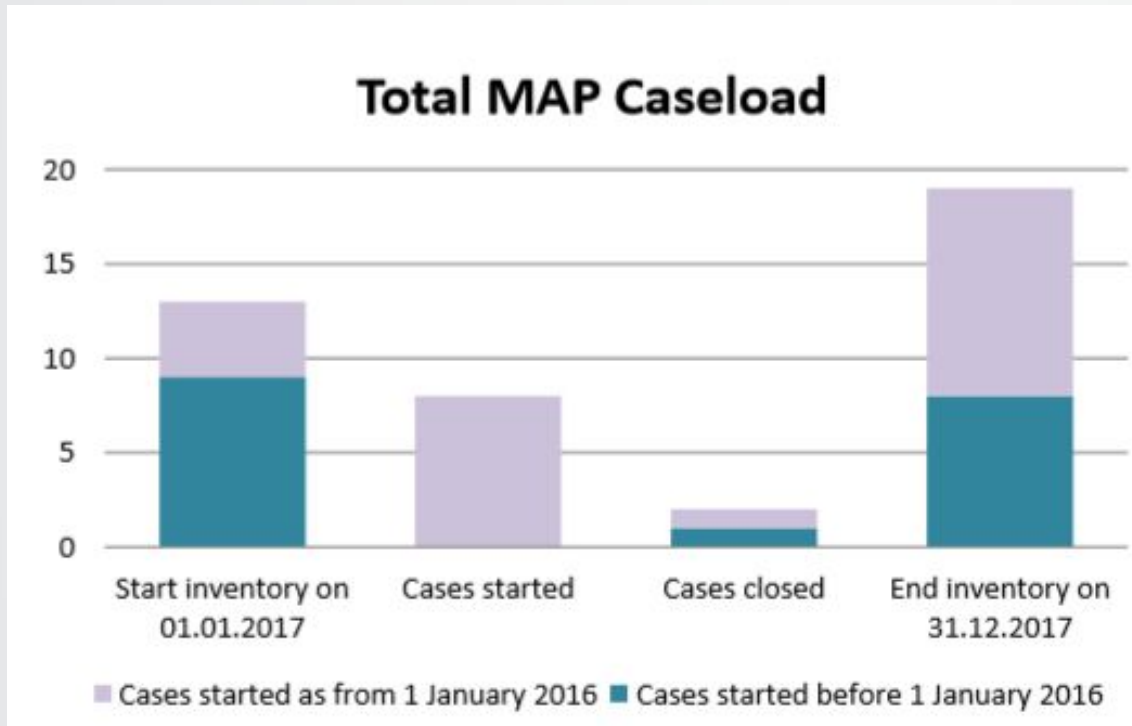




## II CONGRESSO PERNAMBUCANO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

### ➤ Procedimentos amigáveis brasileiros

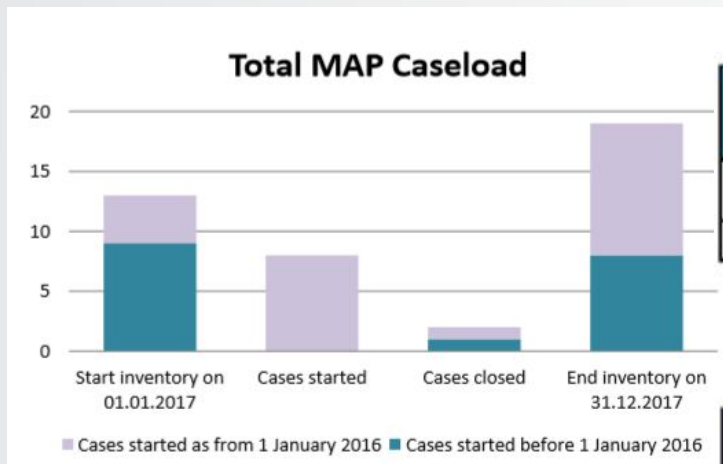
#### ✓ Casos em andamento





## ➤ Procedimentos amigáveis brasileiros

### ✓ Casos em andamento



Cases started before 1 January 2016	2017 start inventory	Cases started	Cases closed	2017 end inventory
Transfer pricing cases	3	0	0	3
Other cases	6	0	1	5

9

8

Cases started as from 1 January 2016	2017 start inventory	Cases started	Cases closed	2017 end inventory
Transfer pricing cases	4	2	1	5
Other cases	0	6	0	6

+

13

+

19

- Maioria dos casos foi apresentada no exterior
- Utilização do PA deve crescer após IN RFB 1.669/2016

## II CONGRESSO PERNAMBUCANO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

### ➤ Procedimentos amigáveis brasileiros

#### ✓ Casos em andamento

#### MAP Outcomes



■ unilateral relief granted

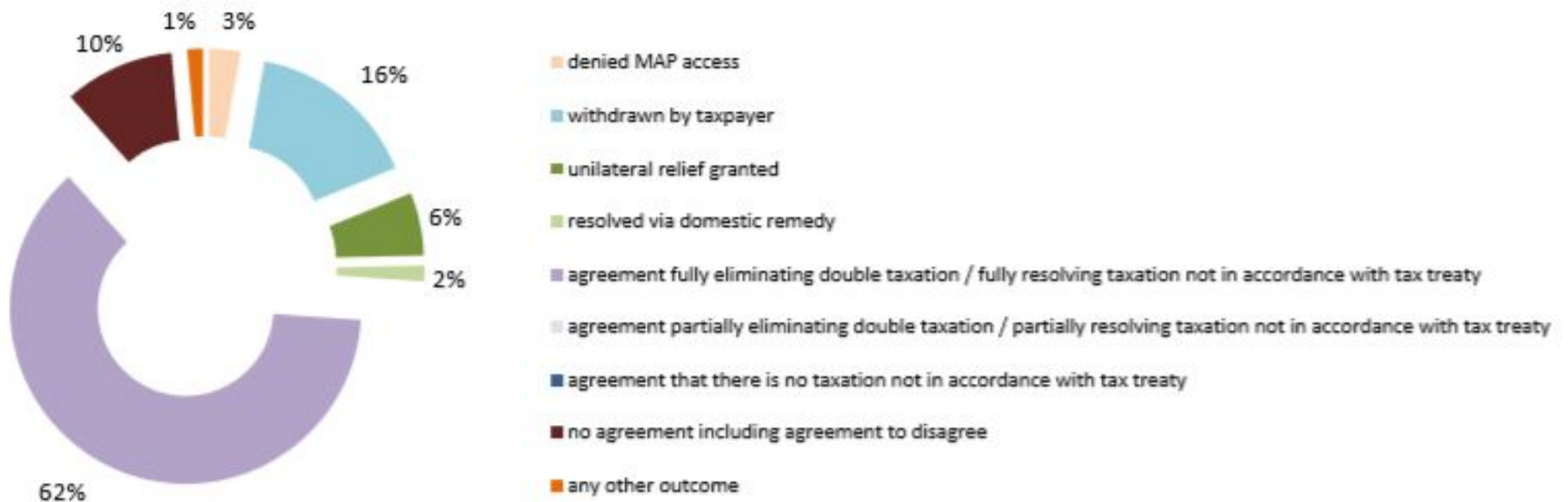
■ agreement fully eliminating double taxation / fully resolving taxation not in accordance with tax treaty

CONSTITUIÇÃO  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1960

### ➤ Procedimentos amigáveis brasileiros

#### ✓ Casos em andamento

- Resultados de PA (caso da Áustria)





### ➤ Arbitragem e mediação

- ✓ **Art. 25(5) do Modelo OCDE**
  - Submete casos não resolvidos em PA à arbitragem (exceto em caso de decisão administrativa ou judicial prévia)
- ✓ **Arbitragem no Instrumento Multilateral**
  - Não foi tratado como padrão mínimo: adesão baixa
- ✓ **Comitê da ONU sobre PA e solução de conflitos**  
Relatório de 2017 aponta outros métodos de solução de conflitos (mediação, conciliação, determinação por especialistas)



# II CONGRESSO PERNAMBUCANO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

30 Anos do Sistema Tributário  
Nacional na Constituição.

REALIZAÇÃO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
DE PERNAMBUCO



ESAB  
PERNAMBUCO



17 A 19 DE OUTUBRO DE 2018



## Obrigado!

***Victor Polizelli***

[vpolizelli@klalaw.com.br](mailto:vpolizelli@klalaw.com.br)

[vpolizelli@ibdt.org.br](mailto:vpolizelli@ibdt.org.br)